

À sombra do corte: trajetórias e experiências de mulheres migrantes boias-frias no Nordeste paulista (segunda metade do século XX)

Bruno César Pereira

Universidade Federal de São Carlos
São Carlos, São Paulo, Brasil

Maria Aparecida de Moraes Silva

Universidade Federal de São Carlos
São Carlos, São Paulo, Brasil

Recebido em: 09 jan. 2026

Aprovado em: 13 mai. 2026

Publicado em: 31 ago. 2026

Este trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

* Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), com bolsa de pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: pereirabcesar96@gmail.com.

 <https://orcid.org/0000-0002-7975-6024>

 <http://lattes.cnpq.br/4804034110506202>

** Doutora em Sociologie Du Développement Iedes pela Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne). Livre Docente pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP). Pesquisadora Nível 1A do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Professora Visitante do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). E-mail: maria.amoraes44@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-0019-7806>

 <http://lattes.cnpq.br/6792025643983370>

Resumo

Com base em entrevistas e diálogos com a literatura especializada, este artigo investiga a trajetória de ex-trabalhadoras rurais migrantes que viveram como boias-frias no nordeste paulista ao longo da segunda metade do século XX. O eixo interpretativo centra-se na análise de como essas mulheres vivenciaram a modernização desigual do campo, processo marcado pela expansão dos canaviais, pela intensificação das formas de exploração do trabalho e pela reconfiguração da divisão sexual do trabalho rural. Os achados evidenciam os mecanismos sociais, econômicos e simbólicos que conduziram ao progressivo alijamento feminino da colheita da cana, frequentemente justificado pelo discurso da menor produtividade em relação aos trabalhadores homens. Ao reconstruir memórias de trabalho e migração frequentemente silenciadas, o artigo contribui para a compreensão das experiências femininas no meio rural e ressalta a centralidade das mulheres na conformação histórica do trabalho agrícola, reafirmando a importância de reinscrever essas trajetórias na narrativa mais ampla do agronegócio e da modernização agrícola paulista.

Palavras-chave: Trabalhadoras Rurais; Experiências; Memórias; Lutas.

In the shadow of the harvest: trajectories and experiences of migrant boias-frias women in Northeastern São Paulo (second half of the 20th century)

Bruno César Pereira

State University of São Carlos
São Carlos, São Paulo, Brazil

Maria Aparecida de Moraes Silva

State University of São Carlos
São Carlos, São Paulo, Brazil

Received: 09th Jan. 2026

Approved: 13th May. 2026

Published: 31st Aug 2026

This work was carried out with the support of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES).

* PhD in Sociology from the Federal University of São Carlos (UFSCar), with a research scholarship funded by the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES). E-mail: pereirabcesar96@gmail.com.

 <https://orcid.org/0000-0002-7975-6024>

 <http://lattes.cnpq.br/4804034110506202>

** PhD in Sociology of Development (Sociologie du Développement IEDES) from Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne. Habilitated Professor (Livre-Docteur) at São Paulo State University "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP). Level 1A Researcher at the National Council for Scientific and Technological Development (CNPq). Visiting Professor in the Graduate Program in Sociology at the Federal University of São Carlos (UFSCar). E-mail: maria.amoraes44@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-0019-7806>

 <http://lattes.cnpq.br/6792025643983370>

Abstract

Based on in-depth interviews and dialogue with specialized literature, this article investigates the trajectories of former migrant rural women workers who labored as *boias-frias* in northeastern São Paulo throughout the second half of the twentieth century. The interpretive framework focuses on analyzing how these women experienced the unequal modernization of the countryside, a process marked by the expansion of sugarcane plantations, the intensification of labor exploitation, and the reconfiguration of the sexual division of rural labor. The findings highlight the social, economic, and symbolic mechanisms that led to the progressive exclusion of women from sugarcane harvesting, often justified by discourses of lower productivity in comparison to male workers. By reconstructing memories of work and migration that have frequently been silenced, the article contributes to a deeper understanding of women's experiences in rural labor and underscores the central role of women in the historical formation of agricultural work, reaffirming the importance of reinscribing these trajectories within the broader narrative of agribusiness and agricultural modernization in São Paulo.

Keywords: Rural Women Workers. Experiences. Memories; Struggles.

‘Craquenta, mão craquenta, craquenta, craquenta’, e as lágrimas arrebetavam, grossas e mornas e ela enterrava os olhos na franha e queria morrer e sofria todas as dores, porque ela tinha acabado de fazer quinze anos, amava e estava ali, no quarto frio do barraco, chorando, enquanto ele estava na festa e ela ali, com suas mãos craquentas, chorando lágrimas que nasciam ardidas, fruto de fogo brotando dos olhos azuis, sem agüentar a ausência, arrebetando de raiva das mãos: craquentas, craquentas (Carvalho, 1976, p. 73-78).

Por exemplo, em todos os dias menos os domingos as mulheres ‘bóia-fria’ dos caminhões ‘de turma’ desembarcavam aos bandos nos bairros ‘de baixo’ em Itapira. Elas vinham vestidas com roupas sujas do trabalhador volante e traziam anexos de sacolas e facões do corte de cana. Cobertas dos pés à cabeça de lonas, panos e palhas, algumas deixavam de fora só o vão dos olhos. Eu vi aquelas mulheres muitas vezes enquanto estive pesquisando lá. Nas tardes mansas de domingo conversei com duas ou três. A roupagem de guerrilhas daquelas moças é ao mesmo tempo trivial, gigantesca e terrível. Mulheres-marias com facões e armaduras andando nas ruas de terra de uma cidade em São Paulo (Brandão, 1982, p. 11, *grifos do autor*).

São Paulo permanece como o principal polo canavieiro do país no contexto da produção sucroenergética contemporânea. Conforme projeções da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo (FAESP, 2025) o estado deve responder por aproximadamente 57% da produção nacional de açúcar, com cerca de 25,4 milhões de toneladas, além de produzir 11,37 bilhões de litros de etanol ao longo da safra de 2025/2026.

O setor canavieiro paulista caracteriza-se pelo emprego maciço de tecnologias avançadas, mecanização quase integral da colheita, ferramentas digitais de monitoramento agrícola, investimentos bilionários em usinas e infraestrutura e por um discurso cada vez mais ancorado na sustentabilidade e na “energia limpa”. Essa narrativa de modernização, frequentemente apresentada como símbolo de eficiência, inovação e progresso, soterra, contudo, processos históricos mais profundos e contraditórios que moldaram o espaço rural paulista ao longo de décadas.

A expansão da cana-de-açúcar sobre o horizonte rural paulista se insere em um processo longo, necessariamente histórico, tecido por meandros e sutilezas nem sempre visíveis ou reconhecidas. A trajetória do avanço do monocromático verde dos canaviais sobre as terras de plantar, sobretudo ao longo da segunda metade do século XX, como discute a literatura especializada, foi marcada pela crescente concentração fundiária e de capitais, pela extinção das roças de subsistência e pelo desaparecimento das indústrias domésticas. Esses processos, articulados entre si, expropriaram colonos,

pequenos proprietários, meeiros e rendeiros e os transformaram em trabalhadores rurais assalariados - boias-frias.

Esses sujeitos, outrora moradores do campo, carpiram e colheram, ao longo de décadas, uma diversidade de produtos, até que, a partir do fim dos anos 1980, com o domínio cada vez mais avassalador da cana, passaram a dedicar-se majoritariamente a ela, plantando-a, limpando-a, cortando-a e cuidando-a. Os canaviais se tornaram, assim, responsáveis por um intenso processo de emigração forçada, como pelo declínio de diversos cultivos, sobretudo, aqueles destinados à alimentação.

Nas últimas duas décadas, com os intensos investimentos na mecanização do corte e de outras etapas do cultivo, como o plantio, a adubação e a aplicação de defensivos, as atividades manuais foram progressivamente substituídas. Esse processo resultou em uma profunda redução dos postos de trabalho, afetando tanto os trabalhadores locais quanto os migrantes.

Partindo dessas considerações iniciais, o foco deste artigo recai sobre as mulheres trabalhadoras rurais que compunham o contingente de sujeitos dedicados ao labor no setor sucroalcooleiro, em especial, na colheita (corte da cana). Em meados da década de 1980, elas foram as primeiras a serem progressivamente alijadas desse mercado de trabalho.

Em um primeiro momento, ao longo das reestruturações produtivas do setor agrícola no último quartel do século XX, que redefiniram o mercado de trabalho e as formas de organização do labor, intensificando a exploração e instaurando novas configurações da divisão sexual do trabalho, as mulheres perderam, paulatinamente, grande parte dos postos que ocupavam.

Excluídas do corte manual, que passou a ser preferencialmente destinado a homens jovens e temporários, elas foram realocadas em atividades consideradas “leves” e supostamente mais adequadas ao gênero feminino. Estas tarefas, moldadas por discriminações e estereótipos de longa duração, eram justificadas pela representação social de que as mulheres seriam mais minuciosas, caprichosas e cuidadosas que os homens.

Este artigo, recorte de uma pesquisa mais ampla (Pereira, 2026), dialoga com a literatura especializada e se ancora em relatos orais de três ex-trabalhadoras rurais atualmente residentes na cidade de Orlândia, região metropolitana da Grande

Ribeirão Preto, para discutir, em profundidade, o processo de alijamento das mulheres do trabalho nos canaviais, especialmente da colheita (corte)¹.

Por meio da análise das trajetórias de vida, busca-se evidenciar que as exclusões do mercado de trabalho estiveram vinculadas tanto à estruturas patriarcais, construções históricas e representações de gênero quanto às posições que essas mulheres ocuparam enquanto vozes ativas nas lutas empreendidas pelos trabalhadores juntos ou à revelia dos sindicatos.

Desejamos, aqui, analisar *à sombra do corte*, compreendendo-a para além de um território invisibilizado, mas como espaço onde histórias se inscreveram, lugar preenchido por trajetórias e experiências de luta e resistência nem sempre visíveis. Entremeio às sombras, brotaram brechas de sentido no campo endurecido pelas hierarquias de gênero e pelo poder que atravessava os canaviais.

Este estudo busca fazer coro aos recentes trabalhos que têm se dedicado a ir na contramão do *memoricídio* que se vem operando sobre as trajetórias e experiências laborais e cotidianas de trabalhadores e trabalhadoras que labutaram nos campos paulistas (Pereira; Carneiro, 2025). Buscamos assim contribuir com o resgate de experiências, trajetórias, sentimentos e ressentimentos de sujeitos, migrantes, trabalhadoras/es que se encontram silenciados e invisibilizados socialmente, sujeitos que foram escamoteados nos subterrâneos do chamado agronegócio brasileiro.

Mulheres, boias-frias

— Eu queria mostrar pro senhor, seu Pedro — Marta respondeu, voltando-se em direção ao pai —, que as mulheres fazem o mesmo serviço que os homens e até melhor (Puntel, 1989, p. 67).

No clássico *Açúcar Amargo*, de Luiz Puntel, acompanhamos a trajetória de Marta, filha de lavradores expropriados que, empurrados pelas engrenagens da modernização agrícola, tornaram-se boias-frias. Primeiro, seguem para os laranjais de Bebedouro; depois, já sob o peso do luto pela morte de Altair, irmão mais velho da

1 A pesquisa mais ampla, da qual este artigo é fragmento, contou com 43 entrevistas, sendo 23 mulheres e 20 homens com idades que variaram entre 24 e 68 anos, todos são migrantes do mundo rural paulista, de estados do Nordeste, do Paraná e de Minas Gerais, que se deslocaram para o nordeste paulista entre 1970 e o início dos anos 2000. Ver: Pereira (2026).

protagonista, vitimado no tombamento do caminhão que os levava ao trabalho, migram para a colheita da cana em Guariba.

Marta passa então a integrar, ao lado do pai, o contingente de trabalhadores que vendiam diariamente sua força de trabalho no campo. Mas seu ingresso nos canaviais não se justifica apenas pela necessidade de complementar a minguada renda familiar. Nasce também do desejo de afirmar-se diante da figura paterna, de provar que ela, como qualquer mulher, podia manejar o *podão* - instrumento utilizado para o corte da cana - e suportar o ritmo exaustivo do corte com a mesma destreza que qualquer homem.

A trajetória fictícia de Marta, tal como a delineia Puntel, está longe de ser singular. Ao contrário, condensa, quase como um espelho literário, experiências vividas por centenas, talvez milhares, de mulheres e homens cujas histórias foram atravessadas pela modernização desigual e frequentemente trágica do rural do nordeste paulista (Pereira; Moraes Silva, 2025). Essa temática, aliás, não é exclusiva de Puntel. Outros trabalhos literários também têm destacado esse movimento de desagregação social e deslocamento forçado, como já apontado pela crítica especializada (Medina, 2012).

Ao longo das próximas páginas nos dedicamos em analisar três trajetórias, de três Martas, são elas: *Mendonça*, *Leocádia* e *Conceição*². Essas três trajetórias são representativas, não só pelos pontos em comum, mas também pelas diferenças.

Mendonça, na época da entrevista, 2021, com então 67 anos, parda, natural da região rural de Itumbiara, Goiás, migrou para o nordeste paulista, na década de 1970, junto com o companheiro, migraram após o marido perder o emprego em uma fazenda por motivo de adoecimento³. A escolha pela migração à cidade de Orlândia ocorreu a partir do convite de sua irmã. Estabeleceu-se na região periférica da pequena cidade paulista, no dia seguinte à chegada “já estava na roça”.

2 O uso dos sobrenomes das entrevistadas foi autorizado/a através da assinatura de Termo de Cessão que registra, autoriza e consente o uso de suas narrativas e de seus sobrenomes reais para a escrita deste estudo.

3 A entrevista com a *Mendonça* ocorreu em setembro de 2021, em sua residência no extremo-leste orlandino. Seu relato traça sua trajetória de vida marcada pela luta ininterrupta pelo cuidado, seja com o primeiro marido e com os dois filhos e consigo mesma. *Mendonça* dedicou quase 40 anos de sua vida ao trabalho rural, nos contou em detalhes cada uma das atividades desenvolvidas no campo e os “jeitinhos” de colher sem fazer muito esforço, relatou sobre as amizades e intrigas, sobre suas conquistas e suas mágoas. Narrou sua vida.

No campo, em atividades que eram permitidas, trabalhava junto ao companheiro, ajudando-o, pois o mesmo devido a problemas de saúde não podia fazer muito esforço. Na colheita da cana, cortavam juntos, ao mesmo tempo, as ruas destinadas a apenas um, visavam produzir a média exigida, pois, sozinho, seu companheiro nunca lograria algum dinheiro e nem mesmo teria sido aceito por *critérios de produtividade* (Moraes Silva; Melo, 2009). Contudo, foi dispensada do corte, seguiu, por alguns anos na diária, realizando diversas atividades nos canaviais, mas, em virtude dos poucos ganhos, optou pelo trabalho urbano, como doméstica.

Após o falecimento do companheiro, em 1993, e, ao tornar-se pensionista, *Sra. Mendonça* seguiu “limpando uma casa aqui e outra ali”, buscando a complementação da renda, porém não conseguia mais dedicar-se com maior esmero, pois os anos dedicados ao trabalho no setor sucroalcooleiro tiraram o seu “couro” e sua “força”.

Sra. Leocádia, atualmente com 68 anos, é negra, natural de Dores do Indaiá, centro-oeste de Minas Gerais⁴. Migrou para a região da Grande Ribeirão Preto por volta da segunda metade da década de 1950, segundo ela: “fugidos da fome”. Até seus 15 anos morou com seus pais e irmãos em uma fazenda na região de Orlândia. Após “juntar-se com Antonio” aos 16 anos, mudaram-se para a fazenda Olhos D’Água, onde ela e o companheiro trabalhavam como caseiros e, em época de colheita, colhiam café e cortavam cana.

No entanto, devido às bebedeiras e brigas rompeu com o parceiro e seguiu para a fazenda Agudos com as duas filhas, também na região de Orlândia, estabeleceu-se na casa de uma tia, que era funcionária e residia na fazenda, mas não rompeu com as atividades no campo durante as colheitas. Nessa nova morada conheceu o segundo companheiro, também funcionário da fazenda, com quem migrou para a cidade em 1990, após a dispensa por parte dos patrões que arrendaram a propriedade a uma usina. Em Orlândia, com os ganhos do acerto, comprou um terreno no extremo-leste da cidade. Seguiria como trabalhadora rural até 1993, quando dispensada das

4 Entrevistamos *Leocádia* em sua residência, sua entrevista foi longa, quase três horas e meia. A entrevistada realizou a digressão de sua vida, de quando criança, como era a terra natal, sobre sua adolescência e casamento prematuro, sobre as mudanças, entre uma fazenda e outra sempre buscando emprego, sobre as violências sofridas em virtude das brigas com o primeiro companheiro, o segundo casamento, a mudança para a cidade e seu labor, seja no campo com também como doméstica, atividade que permitiu a aposentadoria.

atividades de “limpeza do canavial”, empregou-se como doméstica no urbano, atividade que se manteve até final da década de 2010, quando se aposentou.

Sra. Conceição, mulher branca, atualmente com 72 anos, é natural da região rural de Lunardelli, norte paranaense⁵. Filha de uma retirante cearense com um descendente de imigrantes poloneses, *Conceição*, com apenas 14 anos, fugiu do sítio do pai quando esse a proibiu de namorar com Edgar, juntos, migraram primeiramente para a cidade, onde se casaram e tiveram três filhos. No núcleo urbano, não conseguiu lograr nenhum ganho, segundo ela, por não possuir estudo. Não conseguindo emprego, voltou-se ao trabalho rural na região, especialmente na colheita do café, junto ao companheiro, para conseguirem “alimentar as bocas famintas dos três filhos”.

Aos 25 anos, seguiu com o companheiro para o nordeste paulista a convite dos irmãos deste que haviam migrado alguns anos antes. Em terras paulistas seguiram trabalhando no campo, inicialmente na colheita do café e, depois, no corte da cana. Tal qual a *Sra. Mendonça*, trabalhou muitos anos em parceria com companheiro no corte, no entender dela, porque ele era “fraco” e não lograva os números de produtividade desejados: “Acho que foi essa fraqueza dele que fez com que adoecesse, ficou ruim da cabeça, passou a beber e ficar violento, quando começou a querer me dar [bater], peguei ele de porrete e nos separados, ele sumiu”.

Seguiu sozinha no corte por mais alguns anos até sua dispensa. Enfrentou diariamente assédios, seja pelos fiscais, com propostas indecorosas, como de companheiros homens, que a acusavam de conseguir vantagens com os mesmos fiscais. Dispensada do corte e sem emprego na cidade, dedicou um período de sua vida ao trabalho de coleta de recicláveis em um lixão localizado entre as cidades de Orlândia e Nuporanga, vivia nesse espaço, em uma barraca, os três filhos moravam na cidade, cuidados por uma irmã que trouxera do Paraná. Quando o espaço foi fechado,

5 Entrevistamos *Conceição* em sua residência, que é também seu local de trabalho. Ao longo da entrevista ela narrou desde a tenra infância, das brincadeiras e do cuidado com os irmãos mais novos, da fuga com o primeiro namorado que veio a ser seu marido, do trabalho na colheita de café, de sua migração para Orlândia, da perda de seu trabalho no corte e das adversidades enfrentadas em outras atividades no setor canavieiro. Ponto de grande emoção de sua trajetória é seu alojamento do setor canavieiro e da sua integração na atividade de coleta de recicláveis no lixão da cidade, espaço onde viveu, não sabe ao certo ou não quis nos contar, quantos anos, pouco falou sobre, manteve-se quieta a todas as perguntas, mudava de assunto ou simplesmente as ignorando. Seu relato se encerra destacando as atividades na palha, primeiro como tiradora, depois, com a aposentadoria, como dobradora.

voltou ao trabalho no campo, mas como tiradora de palha⁶, atividade em que se manteve até fins da década de 2010, quando se afastou do campo por problemas na coluna. Atualmente, dobra palha, aposentou-se no ano de 2022, após uma longa luta judicial.

As três histórias familiares dessas mulheres, apesar de apontarem semelhanças, estruturam-se com base nas dificuldades materiais, relações conflituosas e a presença do poder masculino, seja do pai ou dos maridos. Seus relatos destacaram as diferentes atividades que trabalharam no campo, ainda enquanto eram crianças, bem como, durante períodos de gravidez, mesmo em avançado estado gestacional e, em algumas situações, seus direitos de repouso não foram respeitados, especialmente nos períodos pós nascimento dos filhos, nunca “guardaram resguardos” (puerpério).

Todas são migrantes, dedicaram-se aos trabalhos rurais por décadas, no contexto do nordeste paulista, colocam em evidência o processo histórico do avanço e predomínio dos canaviais, o desaparecimento das “cores” no rural, e a gradativa dispensa das mulheres e homens locais das atividades do corte e sua gradual substituição por *trabalhadores permanentemente temporários*, sobretudo nordestinos, que migravam para as regiões de colheita e residiam nestas localidades somente no período da safra.

Seus testemunhos, em especial, ao abordarem o tema do labor no campo, sobretudo suas atividades como cortadoras de cana, conectam pontos entrelaçados narrando desde a precariedade dos transportes, os desgastes durante a colheita e, por fim, as suas respectivas dispensas da atividade, a qual, na contramão do discurso dominante, notamos um conjunto de motivações entrelaçadas: a naturalização das relações sociais assentadas nas diferenças entre homens e mulheres; por não lograrem os mesmos números que seus colegas homens; mas, também, por serem elas, muitas vezes, aquelas que contestavam mais arduamente os abusos sofridos em meio aos eitos dos canaviais.

6 Atividade realizada no campo, consiste na coleta de palha de milho, matéria prima para confecção de cigarros artesanais. Após a coleta da palha no campo, esse material é enviado às chamadas dobradeiras, as quais se dedicam em dobrar ou rasgar na largura exigida pela empresa a qual está vinculada.

Da caçamba do caminhão aos corredores do eito

— Houve acidente com um caminhão de turma, perto de Pirangi e... (Puntel, 1989, p. 19).

Altair, irmão da protagonista Marta, é vitimado na véspera de seu aniversário, enquanto seguia com o pai na caçamba do caminhão rumo à colheita da laranja. Após a quebra de um dos eixos do “Mercedão” que transportava o grupo de trabalhadores, o veículo capotou, causando a morte de diversos deles, entre os quais o irmão da protagonista. Na construção dessa cena, Puntel, novamente, não trata de um episódio isolado: evoca, antes, uma realidade concreta e recorrente na vida de inúmeros trabalhadores rurais do período.

Verena Martinez-Alier no pioneiro texto *As mulheres do caminhão de turma*, em fins da década de 1970 escreveu:

Entre seis e sete da manhã, estradas interioranas do Estado de São Paulo, são cruzadas em todos os sentidos por caminhões, em melhor ou pior estado de conservação, cheios de gente ou em vias de recolher grupos de pessoas postadas ao lado as estradas, que esperam ser levadas ao trabalho. Os homens vestem calças desgastadas e camisas rasgadas; as mulheres calças, saias, duas camisas, uma sobre a outra, lenços amarrados na cabeça, escondendo uma boa parte de suas faces, e um grande chapéu de palha. Todos carregam uma espécie de mochila a que contem sua comida, um pedaço de plástico para o caso de chuva e uma lima para fiar sua enxada. Os caminhões são o que nesta área se chama de caminhão de turma. As pessoas transportadas são chamadas coletivamente de turma (Martinez-Alier, 1977, p. 71).

O transporte dos trabalhadores ocorria, em muitos casos, de forma irregular, estes eram colocados nas caçambas de caminhões, junto a seus equipamentos de trabalho, “carregados como bichos, sem nenhuma segurança”, como nos relatou *Sra. Mendonça*. Era costumeiro os jornais noticiarem os acidentes sofridos pelas condições irregulares, sejam os tombamentos causados pelo excesso de peso, bem como em virtude da direção imprudente.

Para o transporte dos trabalhadores e trabalhadoras, adaptavam-se as caçambas dos caminhões com bancos de madeira e lonas, mas, não raras vezes, o trajeto era realizado sentados neste espaço sem qualquer conforto.

Para Tavares (2022, p. 104): “O caminho até o canavial era marcado por uma esfera de dominação e humilhação. Espremidas, as mulheres encontravam-se com

seus corpos cobertos e seus rostos escondidos, com a função de proteção dos acidentes e dos olhares maliciosos dos homens, precisando impor muitas vezes o respeito”.

Sra. Mendonça (Set./2021), ao discorrer sobre a mobilidade casa-trabalho, relata:

[...] chegava cedinho no ponto, aí subia no caminhão, ia sentadinha espremidinha com mais um mundo de gente, a gente quase não conversava ali, usava o tempo, quando dava, para dar um cochilo, já estava cansada até antes de chegar no canavial [risos], mas pouco descansava ali, era difícil, muita gente, muito apertado, e medo, dava medo andar ali, e aí de quem reclamasse, não subia mais.

Podemos teorizar que a fala da entrevistada, inicialmente, remete a um aspecto estrutural do trabalho feminino no campo. Para muitas mulheres, a jornada não se iniciava ao adentrar o espaço confinado dos caminhões. Antes mesmo de se dirigirem ao ponto, já haviam cumprido uma série de tarefas domésticas: preparar a “marmita”, organizar a casa, cuidar dos filhos e, em alguns casos, como o da entrevistada, cuidar de companheiros adoecidos. Essas atividades comprimiam seus horários de descanso e sobrecarregavam ainda mais seus corpos. Assim, quando ela afirma que “já estava cansada até antes de chegar no canavial”, não se trata de um comentário isolado, mas pode ser lido enquanto um reforço contundente dessa sobreposição de jornadas que marcavam a experiência laboral de tantas trabalhadoras rurais.

Na sequência de seu relato, em contraste com as considerações expostas anteriormente, reforça três elementos centrais desse meio de transporte, são eles: a superlotação, a precariedade e os mecanismos de dominação que atravessavam o cotidiano dos boias-frias. Como discutido nos parágrafos anteriores, acidentes envolvendo os caminhões não eram incomuns, seu medo de “andar ali” era, portanto, plenamente justificável.

Além disso, a observação de que “quem reclamasse não subia mais” ecoa nas falas das outras duas entrevistadas. Contestar a forma como o transporte era realizado poderia gerar punições, que variavam desde suspensões temporárias, até a dispensa definitiva. A ameaça assim não era simbólica, era disciplinadora, funcionava como instrumento de regulação e silenciamento.

O relato da entrevistada, em consonância com a literatura especializada, permite pensar esses caminhões para além de simples meios de locomoção. Para Moraes Silva (2004), por exemplo, o caminhão não se configura somente como um meio de transporte, um espaço físico, mas, na realidade, um espaço cristalizado de violências. Assim, os caminhões, podem ser tomados como uma representação do modo de dominação, onde o controle sobre a turma de trabalhadores operava através do silêncio, da disciplina, dos poucos diálogos e da ausência de questionamento. Em síntese, esses meios de transporte não eram meros locais nos quais homens e mulheres eram acomodados por certo período de tempo, mas espaços sociais, onde se produziam e reproduziam táticas e técnicas de dominação, permeadas de formas explícitas e implícitas de violência (Moraes Silva, 1992).

O caminhão é um meio de transporte para coisas, mercadorias. Ao transportar pessoas, o caminhão de turma se reveste dos sentidos de desclassificação social, humilhação social, impostos pelas relações de poder das fazendas e empresas. Tais representações imprimem o sentimento de vergonha, de medo e de encolhimento, sobretudo, às mulheres.

As exigências de silêncio durante o trajeto, observadas no depoimento da *Sra. Mendonça*, não era apenas resultado da superlotação ou do cansaço, mas de um controle social que interditava a palavra e desencorajava qualquer forma de queixa, contestação ou solidariedade. Assim, o silêncio, nesse contexto, não deve ser compreendido apenas como ausência de fala, mas como tecnologia social de controle. Ele se articula a formas históricas de domesticação dos corpos no meio rural, nas quais a contenção da palavra opera como mecanismo de disciplina e de apagamento das individualidades. Tal dinâmica aproxima-se de padrões culturais mais amplos, nos quais o trabalho agrícola, especialmente em contextos latifundiários, esteve associado à produção de sujeitos obedientes, pouco afeitos à contestação.

Os mecanismos de dominação que marcavam o transporte dos trabalhadores e trabalhadoras não se encerravam ao final do trajeto, a chegada ao espaço de labor. Ao contrário, eram prolongados e reafirmados no próprio eito, espaço central da

produção e, simultaneamente, da vigilância e disciplina levadas a cabo pelos mediadores desse processo, os *fiscais*.⁷

O breve relato da *Sra. Leocádia* (Mar./2020) evidencia essa continuidade:

[...] subia no caminhão muda, chegava no trabalho calada [risos], e assim tinha que ser, os homens [fiscais] não gostavam de falatório [risos], o negócio ali para eles era trabalhar, não dava para parar não, senão já vinham pegar no pé, e tinha que seguir a risca, mandou cortar essas ruas [de cana]? Você cortava!

Este fragmento, nos permite não apenas visualizarmos a continuidade do processo de dominação, mas, também, nos deparamos com uma das mais importantes e ambíguas figuras deste processo, os *fiscais*. Eles, mediadores entre os trabalhadores e a usina, seriam os responsáveis por internalizar e difundir as regras e valores do setor para a condução de um trabalhador obediente e disciplinado (Gomes, 2013). Eram encarregados por serem os “olhos” dos patrões. Controladores da força de trabalho, eles eram responsáveis por denunciar qualquer irregularidade ou problema, aferir a execução do trabalho e registrar os ganhos de cada um, orientavam e corrigiam os erros, socializam os trabalhadores.

Sempre estavam no pé [risos], eles tinham o olho apurado, via de longe se você errasse, e olha que se podia estar lá no final da rua, os bichos eram bons de olho, controlavam tudo ali sabe? O jeito da gente, do que tinha que fazer, tudo tudo (*Sra. Mendonça*, Set./2021).

No interior dos canaviais, eles, os fiscais, são fundamentais para as usinas, pois são os responsáveis pelo acompanhamento e pela fiscalização dos cortadores de cana, quando estes se encontravam embrenhados em meio aos canaviais. São eles que distribuem e supervisionam o trabalho, verificando não somente se os cortadores estão realizando todas as atividades prescritas, ainda fiscalizam seus comportamentos e atitudes. Ao fazerem isso, garantiam a disciplina de todos. Eles eram os “mediadores da dominação” (Moraes Silva, 1999). Através de um olhar constante e minucioso,

⁷ Esse processo pode ser compreendido também à luz de uma longa duração histórica, na qual práticas de controle do trabalho e dos corpos no campo brasileiro atualizam, sob novas formas, mecanismos de dominação herdados de estruturas escravocratas. Como indicam estudos que investigam a permanência dessas lógicas no mundo rural (Marquese, 2004; Salles, 2008), a disciplina do trabalho, a vigilância constante e a despersonalização dos trabalhadores não constituem fenômenos isolados, mas parte de uma tradição histórica que se reconfigura no contexto do capitalismo agrário contemporâneo.

esperava-se que fossem capazes de controlar cada gesto, ritmo e conduta, buscando não deixar escapar uma mínima movimentação sequer. Em síntese, sua presença funcionava como dispositivo permanente de coerção.

A ordem implícita de “chegar calada” e permanecer assim traduz não apenas uma expectativa comportamental, mas um regime disciplinar em que a fala era percebida como ameaça à eficiência, à autoridade e ao ritmo de produção. O “pegar no pé”, mencionado pela entrevistada, operava como mecanismo de vigilância moral e corporal: controlar o tempo, o modo de trabalhar, o tom de voz, a postura.

Se no transporte a punição possível era “não subir mais”, no eito ela se dava a partir de advertências, pressões diretas, humilhações públicas ou, em casos mais graves, suspensões temporárias e até a própria dispensa. Em ambos os espaços, no entanto, o princípio era o mesmo: moldar comportamentos, sufocar resistências e administrar corpos dentro da lógica da produtividade.

A intensidade do trabalho, aliada ao controle exercido pelos fiscais, visa assim produzir o chamado “bom cortador de cana”. Este seria aquele cujo corpo estaria disciplinado e domesticado. Em meio ao eito, laboravam, de modo contínuo, executando flexões dos braços, das pernas e da coluna. Era preciso abraçar o feixe de canas, golpear com o podão rente ao chão, cortar os ponteiros e lançar os feixes em montes alinhados nas fileiras centrais. Esse ciclo: abraçar, cortar, carregar e lançar, repetia-se incessantemente ao longo de jornadas prolongadas, sob sol intenso, configurando um labor de extremo desgaste. Ao repetir sucessivamente movimentos ensinados, realizando o corte perfeito, imprescindível para a qualidade da matéria-prima e da diminuição dos custos da produção e, conseqüentemente, o aumento dos lucros da empresa, o fiscal concede ao trabalhador o símbolo de “bom cortador”, o produto final desse processo disciplinador.

O percurso - do ponto de embarque ao labor no eito -, nos relatos de nossas entrevistadas, não representava uma passagem entre dois mundos, mas a extensão de um mesmo território de dominação. O caminhão e o canavial, não configuram como meros espaços físicos, mas também formavam um *continuum* de violência social, onde a palavra, era sistematicamente silenciada, e o corpo rotineiramente disciplinado. O silêncio imposto no trajeto ecoava no silêncio exigido no trabalho. Ambos expressavam, de formas distintas, as duas faces de uma mesma moeda.

Resistências e conquistas

Todavia, mesmo com todo esse aparato de controle e vigilância, observa-se que os indivíduos não sucumbiram, não totalmente, ao controle imposto. Existiam aí, fissuras. Observa-se que entremeio ao campo das relações entre os sujeitos ocorrem negociações, barganhas, astúcias, confrontos abertos ou velados e contestações públicas ou invisíveis.

A equação entre 'dominantes' e 'dominados' comporta outras variáveis que emprestam instabilidade a qualquer arranjo social, não sendo verossímil tomarmos os indivíduos como assujeitados a forças sobre as quais não lhe resta mais nada, salvo consentir. Falar em fissuras é, por assim dizer, inquirir sobre os processos que opõem resistência, ou revelam a contingência, a instabilidade que permeia as relações de poder (Santos Jr., 2020, p. 706).

Sra. Conceição (Jun./2024) ao abordar o tema do trabalho em meio aos canaviais nos relatou que:

Ah era duro, ir espremida naqueles caminhões, o sol forte no trabalho, não davam moleza para o povo não [risos], comer comida fria, quando não azedava por causa do calor e tinha que comer assim mesmo. Tinha horas de eu estar lá suando e suando e parava um pouco para descansar, mas aí vinha o fiscal, só te olhava, eu dava uma risadinha assim, às vezes fingia que não via, até ele chegar perto eu já tinha dado uma respirada, fingia estar amolando o podão [risos], a gente tinha os nosso jeitos né? [risos].

O relato da entrevistada, nos permite adentrarmos ao campo das resistências criadas no contexto das relações de trabalho, "os jeitos" apresentado em sua narrativa, podem ser lidos enquanto táticas, conceito aqui pensado pela perspectiva de Michel de Certeau (1994, p. 101), para designar um conjunto de práticas cotidianas, *artes de fazer*. A tática, não requer um discurso, ela representa, antes, uma decisão em face da estrutura de oportunidades que a apresenta, suportando, assim, estratégias possíveis. Ela é a *arte do fraco*, que opera "golpe por golpe", utilizando, vigilante, as "[...] falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia".

Essas táticas, nas palavras de Moraes Silva (2008, p. 31), as "resistências miúdas", que ocorrem "nos poros do sistema de dominação e exploração" são comportamentos que visavam burlar os padrões técnicos exigidos pelas usinas na atividade do corte da

cana, o “corpo mole” durante o trabalho, as rotineiras fofocas contra fiscais, denúncias anônimas ao sindicato, entre tantas outras. Conjunto amplo de ações individuais, episódicas e, aparentemente, despretensiosas, elas são pequenos atos de “[...] desobediência e de negociação, que denotam a possibilidade de atuação dada a estrutura de oportunidade disponível” (Santos Jr., 2020, p. 719). Tais atos, que parecem comportamentos irracionais, quando visto na superfície, contudo, tornam-se coesos, dotados de intenção, e emergem como “formas cotidianas de resistência” (Scott, 1985; 1990; 2002).

As formas cotidianas de resistência se expressavam tanto em práticas quanto em pensamentos, discursos abertos e dissimulados. Uma pequena parte apenas eclode em conflito aberto, significativa parte das atitudes de resistência ocorrem no cotidiano, “[...] silenciadas, vividas ao nível das condutas sociais dos indivíduos” (Santos Jr., 2018, p. 21), de forma clandestina e longe da “pirâmide de olhares” (Moraes Silva, 1999) ocorrem de modos discretos, atrás de gestos, risos, rumores, fofocas e brincadeiras. São tecidas nos meandros e brechas das relações de dominação, nas fissuras, talhando fendas nos espaços vigiados e entrecortando o tempo disciplinar (Menezes; Cover, 2018).

Mesmo que os sujeitos estivessem envolvidos em uma correlação de forças extremamente desfavoráveis, os trabalhadores e as trabalhadoras rurais resistiram nas brechas das relações de poder, seja por meio de ações individuais/espontâneas, quanto de formas coletivas/públicas por meio de greves e paralisações, na maior parte das vezes, realizadas à revelia do sindicato.

Destaca-se que, ao longo da década de 1980, as resistências, muitas delas realizadas quase em sua maioria atrás dos palcos, ganham terreno e eclodem em uma série de manifestações públicas, sobretudo, a partir de pontuais paralisações e, também, por meio de greves coordenadas por sindicatos de trabalhadores rurais em toda Grande Ribeirão Preto (Alves, 1991; Porto, 1993).

Como já exposto, o trabalho no corte na cana, especialmente no último quartel do século passado, correspondia à atividade insalubre, perigosa e muito mal remunerada. A falta de fiscalização, a perseguição e cooptação de sindicatos agravaram ainda mais a situação de penúria dos trabalhadores e trabalhadoras. Conforme relatado por nossas entrevistadas, muitos sujeitos perderam suas vidas em

constantes acidentes ocorridos nas rodovias. Abordaram também os roubos e abusos morais e sexuais por parte dos fiscais, bem como destacaram as perseguições a qualquer trabalhador que realizasse algum tipo de enfrentamento. Todavia, cabe destacar que, mesmo que o medo rondasse os canaviais, a luta e resistência dos trabalhadores e trabalhadoras se fizeram presentes. Seus testemunhos enfatizam de maneira consistente as disputas travadas pelos sindicatos e os acordos firmados com a classe patronal ao longo da década de 1980.

Tais lutas, travadas por estes atores sociais ao longo do período, levantavam bandeiras quanto às condições dignas de trabalho, aos meios de transporte, bem como à alimentação e moradia, ao pagamento do décimo terceiro, ao descanso remunerado e ao fornecimento de instrumentos de trabalho e equipamentos de proteção. A atuação sindical, firmemente apoiada por amplo número de trabalhadores e trabalhadoras, resultou em conquistas significativas no período, sobretudo por meio das paralisações e greves que pressionaram as usinas.

Contudo, se por um lado, as resistências de fato contribuíram para um processo de melhoria na qualidade de vida e trabalho dos sujeitos envolvidos, conforme os relatos destacam, também geraram o crescimento da repressão, tanto em relação à prática patronal, a partir da ameaça de demissões, como também em virtude do aumento do aliciamento de uma força de trabalho trazida de outros estados (Ferrante, 1989/90).

Os movimentos organizados por trabalhadores e pelos sindicatos fez com que muitos desses sujeitos passassem a integrar as chamadas *listas* das usinas, que correspondiam a listagens de trabalhadores que se envolviam em greves, paralisações e outras atividades, como resistências cotidianas. Ter o nome nessas *listas* significou ser excluído de contratações nas próximas safras.

Esse processo aliado ao aumento significativo dos canaviais e a intensificação do ritmo de trabalho passaram a exigir um aumento das *médias* mínimas de cana cortadas diariamente, que, conseqüentemente, acabaram por demandar cada vez mais pessoas. Essas novas vagas não eram supridas pela população local, mormente considerando o perfil desejado, qual seja, de indivíduos com uma maior capacidade física, mais jovens, pois

[...] na medida em que acima de trinta anos de idade, os trabalhadores já encontram mais dificuldades para serem empregados [...] a vinda de novos sujeitos cumpriria a função de repor, por meio do fornecimento de maior força de trabalho, o consumo exigido pelos capitais cuja composição orgânica é maior (Moraes Silva, 2004, p. 34).

Contudo, é notório que as novas contratações aliaram não somente critérios técnicos como o recorte de idade e produtividade, mas também critérios morais e sexuais. O perfil desejado era composto por homens “[...] mais jovens, dotados de força física e aqueles que não fossem encenqueiros, isto é, os que não abusam de bebidas alcoólicas, os mais obedientes, que, seguramente, não protestarão contra as condições de trabalho e não participarão de movimentos reivindicatórios” (Moraes Silva, 2008, p. 174), ou seja, que não participariam de paralisações ou greves⁸.

Ponto central deste estudo e que merece destaque neste processo, tratado a seguir, foi o alijamento das mulheres. Elas foram as primeiras a serem excluídas. Destaca-se que o “perfil desejado” também gerou mudanças que tocam a divisão sexual do trabalho. As mulheres foram paulatinamente excluídas do corte, sob o pretexto de não lograrem os níveis de produtividade exigidos.

O descarte

Ao longo do vertiginoso processo de reestruturação produtiva, implantado pelas usinas de cana de açúcar, desde fins da década de 1980, marcado pelo processo de reconfiguração do trabalho, caracterizado pelo aumento da intensidade da exploração e por novas formas de divisão sexual do trabalho, as mulheres foram, paulatinamente, perdendo muitos postos de trabalho. Alijadas do corte manual, em detrimento do emprego de homens jovens e temporários, as atividades laborais as quais passavam a executar, na grande maioria das vezes, eram eivadas pelo crivo das discriminações e estereótipos do gênero feminino, eram tidas como leves e afeitas às mulheres - em razão de que, a partir da representação social e histórica, elas são mais caprichosas que os homens.

8 Os novos trabalhadores que ocupariam tanto as vagas dos boias-frias como as novas, trata-se, em sua grande maioria, de sujeitos oriundos do norte de Minas Gerais (Vale do Jequitinhonha) e do Nordeste brasileiro.

Fui para a diária, mas a diária era complicada, sabe? [Porque?] Pagava mal, e o serviço era tão pesado quanto cortar cana, eu já trabalhei passando veneno, ficava melado com aquilo, e também carpindo, que era pior, era bem pesado, e como eu disse, pagava muito pouco, o pessoal no corte registrando e a gente [mulheres] só indo pra trás. O pior de tudo que falavam que era tudo coisa fácil de fazer [risos], era sim, era sim... (*Sra. Mendonça*, Set./2021).

Conforme expõe o relato da *Sra. Mendonça* acima, tais atividades, insalubres, precárias e penosas, eram geralmente realizadas no formato de diárias, agenciadas por *gatos*. Elas circulavam de uma plantação à outra, durante todo o ano, sem registro em suas carteiras de trabalho e com pouquíssima fiscalização dos sindicatos, o que precarizava ainda mais as atividades desenvolvidas.

O relato apresentado acima cita duas atividades desenvolvidas após o seu descarte do corte, o “passar veneno” que corresponde a distribuição de pesticidas em plantações de cana-de-açúcar, que, em seu caso, sem o uso de equipamentos de proteção individual (EPI), pois, segundo ela “ficava melado”, e o “carpir” que corresponde a retirada de outras plantas que cresciam em meio aos canaviais.

A literatura especializada evidencia que, historicamente, outras diversas etapas do processo produtivo foram sustentadas majoritariamente por mulheres, como, por exemplo, o plantio manual, antes da mecanização, e a coleta de resíduos da cana (as bitucas). Com o avanço tecnológico e a introdução das colheitadeiras, novas frentes de trabalho foram redefinidas sem, contudo, eliminar tarefas extenuantes e invisibilizadas. Entre elas, destaca-se a retirada de pedras, atividade realizada nos bastidores do canavial para “abrir alas” ao desfile das grandes máquinas (Moraes Silva; Bueno; Mello, 2014).

Nos relatos de nossas entrevistadas, em consonância com a literatura, o alijamento das mulheres da atividade do corte e sua integração em outras atividades, se deu em virtude dos (des)qualificativos que historicamente as classificam como frágeis ou meras ajudantes - na colheita; e mais detalhistas que os homens em atividades como limpezas. Ambos discursos dominante que legitimam sua retirada desse mercado de trabalho, cada vez mais reservado aos homens jovens e “fortes”. Todavia, tal narrativa é contestada ou, ao menos, não aparece como motivo central. As entrevistadas se reconhecem como mulheres “muito fortes”, mais fortes, inclusive, do que muitos “machões”. Suas narrativas novamente nos permitem evocar a trajetória

de Marta, protagonista do romance de Puntel (1989), que igualmente se empenhava em desmistificar a representação de que as mulheres seriam mais frágeis que os homens. Em diversas passagens, elas reforçam que cortavam “muita cana” e, para enfatizar, repetem o “muito” mais de uma vez em seus relatos.

Sra. Mendonça, por exemplo, ao falar dos muitos “zum zum zum” pelos corredores dos eitos e fora deles, nos narrou que eram constantes comentários dos colegas homens que ela e suas companheiras mulheres somente logravam ganhos iguais ou maiores do que os deles devido aos relacionamentos amorosos com os patrões. Na mesma linha, *Sra. Conceição* relatou que, por diversas vezes, ocorreram fofocas de que ela e outras colegas possuírem relacionamentos com fiscais, situação que a mesma rechaça. Para ela, ao se destacarem, por colherem mais cana que seus companheiros homens, isso “feria seu orgulho” e, desta forma, geraram uma série de comentário depreciativos, que contribuía para o seu descrédito, no ambiente de trabalho, mas também como “mulher honrada”, frente a sociedade a qual integrava.

Para ambas as entrevistadas, muitas mulheres foram descartadas, bem como acabaram por deixar o corte da cana ou nem mesmo dedicarem-se a tal atividade devido às fofocas, pois tornar-se vítima dos comentários acabava por causar-lhes diferentes problemas, no que tange o ambiente laboral (“[...] se tinha um comentário sobre uma moça, isso acabava com a moral da coitada, todos olhavam torto” (*Sra. Mendonça*, Set./2021)), mas também no seu contexto social, especialmente de suas famílias (“[...] vi pai expulsar filha de casa, bater na esposa, já vi de tudo, por causa de fofocas assim, muito triste, muitas abandonavam o corte, deixavam de ganhar seu dinheirinho por causa desses tipos de comentários, muito triste” (*Sra. Conceição*, Jun./2020)). As fofocas e acusações que recaíam sobre as trabalhadoras, conforme os relatos indicam, não operavam apenas como conflitos interpessoais, mas como mecanismos de controle moral profundamente enraizados em valores sociais mais amplos. Ainda que a presença institucional da igreja não seja diretamente mencionada nos relatos, observa-se que princípios associados à moral cristã, como, por exemplo, a valorização da castidade, da pureza e da honra feminina, atravessavam o cotidiano dessas mulheres. Nesse sentido, o controle sobre a reputação feminina extrapolava o espaço do trabalho, incidindo sobre sua possibilidade de permanência no emprego, sua inserção social e suas relações familiares.

Conforme relatam, eram comuns entre os colegas homens dois discursos. O primeiro caracterizava-as como mulheres que “seduziam” os fiscais para conseguirem benefícios, sobretudo, os de garantir ganhos, visto que, na perspectiva deles, elas não possuíam capacidades físicas para tal feito. Moraes Silva (1999, p. 277), a partir de seus estudos, identifica que essa prática existiu: “[...] mulheres que se ‘sujeitam’ as cantadas dos empreiteiros têm a vantagem de receber mais pelo trabalho. No momento de medir a cana, eles [fiscais] retiram dos demais trabalhadores uma parte que é acrescentada à daquela com quem possui relações amorosas”. Contudo, a identificação delas como “culpadas”, eximiam dos empreiteiros/fiscais qualquer responsabilidade, não identificam neste processo, como conclui a autora, que se tratava de uma “prática abusiva com condicionantes de gênero e classe” (Moraes Silva, 1999, p. 277).

Por outro lado, o segundo discurso, toma a figura dos fiscais como vilões, ou seja, em virtude da exploração vivenciada, os poucos ganhos e o poder que os agentes recrutadores possuíam, permitiam que eles realizassem “propostas indecorosas” que não poderiam ser negadas, visto que isso poderia acarretar na sua dispensa e difamação para outros recrutadores. Essa segunda afirmação coloca as mulheres em uma posição de sujeitos frágeis, tanto física quanto emocionalmente, que se encontravam em um caminho bifurcado onde a escolha se dava entre a sujeição ou a não aceitação e, por consequência, acabariam por sofrer com penalidades como a demissão e exclusão ou ficariam a mercê dos comentários e olhares de reprovação dos colegas.

Ponto que une ambos os discursos é sua concordância de que as mulheres auferiam maiores salários que os de seus colegas homens, somente devido ao roubo perpetrado pelos agentes de controle da força de trabalho, seja em virtude de elas os seduzirem ou de serem elas vítimas de um processo de dominação que as imobilizavam frente ao poder que seus superiores exerciam sobre elas. As duas alegações pendem entre dois polos de representações históricas da figura feminina, mulheres frágeis e indefesas e/ou aproveitadoras/sedutoras.

Todavia, como nos apresenta *Sra. Leocádia*, as questões são muito mais complexas:

[Entrevistador: Quando a senhora trabalhava no corte da cana, e em outras atividades também na roça, havia muito assédio?]

Sim, muito. Mas [silêncio], não me leve a mal [risos] não to aqui para difamar as companheiras [risos], mas a gente não pode falar só dos sem vergonha, dos empreiteiros [fiscais], tem muita mulher esperta [risos], como também tem muita sem vergonha e mais ainda as idiotas que caia no papo deles. O pessoal acha que só tem mulher coitadinha? Mas não é! Minha irmã, ela tinha um caso com um [fiscal], ela arrancou desse idiota o que podia, mas não deixava ele tirar dos outros para dar para ela não, ela falava que não era certo [risos], ela tinha consciência [risos], fazia sair do bolso dele. Mas aí tinha outras que também não estavam nem aí, dormia com o fiscal e não estava nem ai de quem ele estava arrancando. Mais umas que ficava só temperando [risos] e no fim das contas ganhava o dela e nem com ele saia [risos]. E também muitas de nós não eram de levar desaforo pra casa não, eu mesmo, uma vez um veio querer me cantar, eu olhei bem e falei: 'eu não to aqui para arrumar marido não, tô pra trabalhar, se vier com gracinha eu te meto esse podão na cara', rapidinho ele parou.

[Entrevistador: Não teve medo de ser dispensada?]

Olha, não tive não, porque se ele me mandasse embora eu metia fogo no caminhão dele [risos], brincadeira, eu corria com os meus direito, a gente sabia que tinha direito, mesmo não sendo registrado assim, não tendo documentos, o Sindicato na época [quando?], ali por 1980, o Sindicato na época já vinha explicando pra gente todo nosso direito, se eu denunciasse ele, ele perdia o emprego pra usina, a usina não ia querer ficar se queimando com um sem vergonha (*Sra. Leocádia*, Mar./2020).

Seu relato coloca em destaque trajetórias de diferentes mulheres, fragmentos de experiências, seja daquelas enganadas, que caíam no “papo” dos fiscais, mas também das que não são “coitadinhas”, ou seja, submissas ou ingênuas, mas mulheres “espertas”, “conscientes” e que não levavam “desaforo pra casa”. *Sra. Leocádia* muda o eixo, confessa, sem querer “difamar as companheiras”, as diferentes táticas. Destaca questões desde a resistência, no entanto, a dissimulação também emerge de sua narrativa, não somente as relações de poder desiguais, mas as táticas que foram utilizadas para ultrapassar, ou ao menos minimizar as explorações vivenciadas. A narrativa nos revela algo mais complexo que vai na contramão do estereótipo da domesticidade atribuída a elas, e contraria os discursos acerca de serem frágeis e meras exploradoras dos ganhos alheios. Em seu relato, as mulheres conheciam seus direitos, bem como utilizavam do próprio sistema de dominação para tecer estratégias, seja pela sedução, pelo enfrentamento ou denúncia.

Sua fala traz as mulheres para o palco, são protagonistas, revela não a simples submissão à ordem existente, mas um conjunto de práticas que vão muito além, são mulheres que ludibriaram e foram ludibriadas, que “arrancaram”, entregaram-se ou apenas “temperavam” os fiscais. Enfim, outras trajetórias e experiências que se encontram “nos vãos da história” (Moraes Silva, 2012).

Cabe destacar ainda, neste leque de motivações que geraram o alijamento das mulheres na colheita da cana de açúcar, para além daqueles que identificam as questões que envolvem certos imaginários, construções históricas, representações e estereótipos de gênero, suas posições como vozes ativas no que refere às lutas travadas pelos trabalhadores e sindicato, ao longo da década de 1980. Para as entrevistadas, reside aí uma motivação importante que gerou seu descarte.

“Bocudas”, “arrumavam muita confusão”, “não sabiam ficar quietas”, eram “encrenqueiras” e “tudo era roubo para elas”, foram expressões presentes tanto nos relatos masculinos quanto femininos. São expressões que remetem às trajetórias laborais das mulheres sob dois prismas, nas narrativas masculinas, são vistas de forma negativa, contudo, no narrar feminino são seu oposto, ou seja, positivas, pois, para elas, tais características remetem às suas manifestações individuais e coletivas que buscavam melhores condições de vida e trabalho. Em síntese, sejam os relatos masculinos ou femininos, observa-se que as mulheres, por vezes, assumiram, em diferentes contextos, posturas contestatórias diante do que consideravam ser injustiças. Impunham-se entre fiscais, não ficando quietas, arrumando “confusões” ou sendo “bocudas”, podem ser observadas como certas estratégias de luta dentro do cotidiano de trabalho (Lopes, Menezes & Santos Jr., 2020).

Conforme registrado pela literatura, a participação feminina foi expressiva nas mobilizações políticas da década de 1980, quando importantes conquistas trabalhistas foram alcançadas. As produções destacam que as mulheres eram percebidas como particularmente aguerridas e decisivas para o êxito de diversas ações e greves. Essa atuação política se desenvolvia apesar da intensa sobrecarga cotidiana. Mesmo submetidas a múltiplas jornadas e responsabilidades socialmente atribuídas, elas não estiveram ausentes do movimento sindical e das lutas sociais, como evidencia de forma consistente a produção acadêmica.

Entretanto, levando em consideração os relatos dessas três mulheres, ao que nos parece, suas participações, inicialmente, em movimentos dos trabalhadores/as não foram motivadas por reivindicações específicas da condição de mulher, mas “[...] integrava o conjunto de lutas de sua categoria social contra a exploração ou contra a expropriação. Nesse momento, as distinções de gênero não importavam” (Carneiro, 1994, p. 12).

[...] eu sempre fui bocuda [risos], a gente via que não dava certo, que eles exploravam, aí eu falava mesmo, era para ajudar a todos nós ali, por isso eu quando podia participava das coisas que o Sindicato fazia, as vezes escondida [risos], era bocuda, mas não burra [risos], dependendo do que era não dava, porque se não já me sujava (*Sra. Conceição*, Jun./2024).

[...] participei de greve, de coisas do sindicato, bati boca com fiscal [risos], a gente tinha que participar né, melhorar a nossa situação. No fim das contas melhorou e botaram a gente [mulheres] e eles [homens] pra correr [risos] (*Sra. Leocádia*, Mar./2020).

Observa-se, nessas falas, que as manifestações individuais e coletivas representam para tais trabalhadoras um enfrentamento enquanto classe. Evocam que a participação delas em movimentos coletivos e de suas ações individuais de contestação, visavam à melhoria das condições de trabalho para todos e não de formas específicas a elas ou às mulheres de modo em geral. Contudo, nos relatos apresentados na sequência, observa-se que ocorreria “uma mudança na qualidade desta participação”, onde a sua mobilização passou a ir além do “[...] reconhecimento de pertencer a determinada categoria social e política, que atribuía indistintamente a homens e mulheres uma única identidade coletiva” (Carneiro, 1994, p. 12).

Olha eu participei de muita manifestação sim, era em benefício de todos. E eu também nunca fui de ficar quieta para coisas erradas, como já falei. E também as mulheres começaram a se unir sabe, uma vez em uma reunião no sindicato, uma mulher falava lá, muito bonito o que ela dizia, mas um homem do meu lado disse ‘pronto, agora vão querer até calcinhas’, pessoal caiu na risada, nós ajudamos muito, mas quando a gente ia pedir algo pra gente, tinha... preconceito? é essa palavra [Acho que sim], é, preconceito (*Sra. Mendonça*, Set./2021).

Sindicato? [Sim] Claro, participei muito de reuniões, no começo era complicadinho, porque o pessoal não dava bola pra gente, mas, aos poucos, uma ou outra fez fala, foi lá na frente, enfrentava mesmo, ignorava os idiotas que ficavam de risinho frouxo e falava as coisas para a gente, para a mulher também, porque a gente tinha coisas diferentes

dos homens que a gente precisava cobrar também, mas aí se complicou tudo né, teve muita perseguição e mandaram muita gente embora (*Sra. Conceição*, Jun./2024).

As narrativas acima identificam que, mesmo enfrentando preconceito, mulheres passaram a tomar a frente, realizavam falas em reuniões, não só para defender interesses de classe, mas, passaram a pautar questões específicas ao grupo de trabalhadoras rurais. Notam-se imbricações entre suas reivindicações específicas e as do conjunto de trabalhadores (Ferrante, 1989/90, p. 81). Pelos relatos acima, observa-se o início do processo de construção de uma identidade política feminina que integra reivindicações específicas. O sindicato, nesse contexto, configurava-se como um espaço ambíguo. Se, por um lado, constituía um importante instrumento de organização e conquista de direitos, por outro, reproduzia, em certa medida, valores e práticas presentes no próprio meio social dos trabalhadores, incluindo formas de machismo e resistência à participação feminina. Assim, as mulheres não apenas enfrentavam a exploração patronal, mas também disputavam reconhecimento e legitimidade dentro dos próprios espaços de luta coletiva.

Porém, a atuação dessas mulheres, ao que nos parece, foi abruptamente interrompido em virtude do processo do descarte delas, especialmente das atividades da colheita. Devido ao vertiginoso processo de reestruturação produtiva, implantado pelas usinas de cana de açúcar, desde fins da década de 1980, marcado pelo processo de reconfiguração do trabalho, caracterizado pelo aumento da intensidade da exploração e por novas formas de divisão sexual do trabalho, as mulheres foram, paulatinamente, perdendo muitos postos de trabalho. Aquelas que seguiram no setor, passaram a ser incorporadas em atividades, insalubres, precárias e penosas, geralmente realizadas no formato de diárias, circulando de uma plantação à outra, durante todo o ano, na maioria das vezes, sem registro na carteira de trabalho e fiscalização dos sindicatos. Esse processo contribuiu para uma desarticulação de um movimento incipiente que, em anos mais tarde, em virtude de essas atividades também serem eliminadas, graças à mecanização, fecham-se assim o ciclo de exclusão das mulheres.

Considerações Finais

No diálogo final de *Açúcar Amargo*, Puntel (1989) sintetiza, pela voz de Pedro, pai da protagonista Marta, a tensão entre a euforia das conquistas imediatas e a longa duração das mudanças estruturais. Após a leitura dos acordos firmados entre trabalhadores, sindicato e usineiros em Guariba, em 1984, Agenor, namorado da protagonista, anunciou a vitória, entre as conquistas destacavam-se a carteira assinada, direitos trabalhistas e o aumento salarial. Todavia, Pedro, devolve-lhe uma verdade amarga: “Agora é que a nossa luta começa, Genô. Isso tudo ainda vai demorar um montão de tempo até virar verdade verdadeira” (Puntel, 1989, p. 98). A advertência, atravessada pelo olhar compartilhado de Marta e sua esposa Zefa, indica que nenhuma conquista se consolida sem persistência e enfrentamento.

Essa perspectiva se encontra entrelaçada diretamente aos relatos das mulheres entrevistadas. Tal como no romance de Puntel, as narrativas de nossas três Martas, revelam que as batalhas vencidas nos anos 1980 não significaram, necessariamente, vitórias concretas e imediatas. As transformações conquistadas como direitos, reconhecimento e melhores condições, coexistiram com continuidades profundas: as expropriações, a superexploração, o controle dos corpos, as múltiplas jornadas e, sobretudo, os silenciamentos históricos que atravessam essa região.

No caso aqui analisado, os sujeitos atingidos primeiro pela perda da terra e depois pela precarização como boias-frias, foram lançados à margem do que se convencionou chamar de “progresso” da cana de açúcar. De um lado, a modernização das usinas é celebrada publicamente como símbolo de eficiência e desenvolvimento regional, por outro lado, ocultou-se as vidas que sustentaram esse avanço por décadas, especialmente as vidas de mulheres trabalhadoras rurais, cujas experiências permanecem, em grande parte, escamoteadas na narrativa oficial, ganhando o palco, o protagonismo, somente pelos esforços acadêmicos de inúmeros pesquisadores e pesquisadoras do tema.

As trajetórias destas mulheres, destas três Martas - *Conceição*, *Mendonça* e *Leocádia*, mostram que não houve apenas derrota ou subalternização. Houve luta, resistência. Seja através das greves, das pressões, como pela coragem de enfrentar patrões e fiscais, suas vidas foram atravessadas pela teimosia de permanecer vivas apesar da dureza do eito e da carga doméstica que atravessavam suas trajetórias. Seu

empenho foi decisivo para consolidar direitos que, posteriormente, beneficiaram os novos trabalhadores que passaram a ocupar os postos deixados pelos despojados do corte manual.

Nas palavras de Seu Pedro, “era um bom começo”. E é significativo que, na lembrança do presidente do sindicato dos trabalhadores assalariados rurais de Orlândia, publicada na *Folha de Orlândia* em 09 de julho de 1996, as conquistas daquele período tenham sido descritas como “um pequeno passo de criança, mas muito importante para quem sempre engatinhou na vida”.

As experiências narradas pelas entrevistadas ao longo deste estudo, nos permitem, ainda, tensionar categorias analíticas mais amplas mobilizadas pela literatura. Ainda que este artigo não tenha tomado como eixo o conceito de trabalho análogo à escravidão, tal como discutido por Castro Gomes (2011), os testemunhos aqui analisados evidenciam condições de trabalho marcadas por intensa exploração, controle dos corpos, restrição da autonomia e degradação das condições de vida, aspectos que dialogam diretamente com o que o artigo 149 do Código Penal brasileiro caracteriza como trabalho em condições análogas à escravidão.

Nesse sentido, mais do que enquadrar rigidamente tais experiências em uma categoria jurídica, interessa-nos destacar que, do ponto de vista da memória e da experiência vivida, essas mulheres nomeiam e elaboram suas trajetórias a partir de um repertório próprio, no qual emergem sentidos de sofrimento, injustiça e resistência. Assim, a aproximação com esse debate se dá menos como classificação e mais como possibilidade interpretativa, evidenciando a persistência histórica de formas extremas de exploração do trabalho no campo brasileiro.

Retomar essas narrativas que nos relatam sobre um período atualmente obscurecido, às sombras do progresso do setor canavieiro, especialmente os relatos femininos, é reconhecer que o progresso proclamado nunca foi linear, neutro ou igualitário. É afirmar que, sem suas vozes, a história da cana de açúcar permanece incompleta. É, por fim, admitir que a luta, como disse Seu Pedro, não terminou, ela apenas mudou de forma, atores e estratégias. Mas continua, nesse caso, pela memória.

Referências

- ALVES, Francisco José da C. *Modernização da agricultura e sindicalismo: as lutas dos trabalhadores assalariados rurais na região canavieira de Ribeirão Preto*. Tese (Doutorado em Economia). Campinas: UNICAMP, 1991.
- BRANDÃO, Carlos R. *Diário de Campo – A Antropologia como Alegoria*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- CARNEIRO, Maria J. Mulheres no campo: notas sobre sua participação. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 2, p. 11-22, 1994.
- CARVALHO, José M. *A cara engraçada do medo*. São Paulo: Hucitec, 1976. p. 73-78.
- CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: Artes de fazer*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1994.
- FAESP. *Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo. Safra paulista de cana-de-açúcar deve cair 4,4% em 2025/26*. Notícias Agrícolas / IDEA Online, 2025. Disponível em: <https://www.ideaonline.com.br>. Acesso em: 18 nov. 2025.
- FERRANTE, Vera Lúcia S. B. Caminhos e descompassos do sindicalismo rural paulista. *Perspectivas*, n. 12/13, p. 73-102, 1989/90.
- GOMES, Angela de Castro. Trabalho análogo a de escravo: construindo um problema. *História Oral*, v. 11, n. 1-2, 2011.
- GOMES, Monalisa B. *Os turmeiros no agronegócio canavieiro: mediadores dos trabalhadores migrantes e da usina*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Campina Grande: UFCG, 2013.
- LOPES, José S. Leite; MENEZES, Marilda A. de; SANTOS JR., Jaime. Movimentos Grevistas de operários e trabalhadores rurais: narrativas cindidas? *Política & Trabalho*, n. 52, p. 12-19, 2020.
- MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do Corpo, Missionários da Mente*. São Paulo: Companhia das letras, 2004.
- MARTINEZ-ALIER, Verena. As mulheres do caminhão de turma. In: PINSKY, Jaime (Org.). *Capital e trabalho no campo*. São Paulo: Hucitec, p.69-100, 1977.
- MEDINA, Étore. Vivendo a Vida Rapina: considerações sobre a presença das mulheres bóias-frias do caminhão de turma na literatura de Carlos Rodrigues Brandão e Murilo Carvalho. *Áskesis*, v. 1, n. 2, p. 66 – 78, 2012.

MENEZES, Marilda A. de; COVER, Maciel. Trabalhadores migrantes: formas de resistência cotidiana. *Travessia*, n. 83, p. 79-88, 2018.

MORAES SILVA, Maria A. de. Mulheres bóias-frias a caminho do eito. In: COSTA, Albertina de O.; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). *Entre a virtude e o pecado*. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1992. p. 147-168.

MORAES SILVA, Maria A. de. *Errantes do fim do século*. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

MORAES SILVA, Maria A. de. De colona a boia-fria. In: Del Piore, Mary (Orga.). *História das Mulheres no Brasil*. 7 Ed. - São Paulo: Contexto, 2004b.

MORAES SILVA, Maria A. de. Cortadores de Cana e os (Não) Direitos. *Travessia*, n. 61, p.26-36, 2008b.

MORAES SILVA, Maria A. de; MELO, Beatriz M. de Melo. Partir e ficar: dois mundos unidos pelas trajetórias de migrantes. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, n. 33, p. 129-151, 2009.

MORAES SILVA, Maria A. de. Encontrando mulheres nos vãos da história. *Contemporânea*, v. 2, n. 1, p. 131-157, 2012b.

MORAES SILVA, Maria A. de; BUENO, Juliana D.; MELO, Beatriz M. de. Quando a máquina “desfila”, os corpos silenciam: tecnologia e degradação do trabalho nos canaviais paulistas. *Contemporânea*, v. 4, n. 1, p. 85-115, 2014.

PEREIRA, Bruno C. *Trajetórias, labor e cotidiano de trabalhadores (as) rurais migrantes no redesenho dos traçados da cidade*. Tese (Doutorado em Sociologia). São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2026.

PEREIRA, Bruno C.; CARNEIRO, Maristela. Maria Aparecida de Moraes Silva: uma trajetória sociológica voltada à vida e ao labor no campo. *História Oral*, v. 28, n. 3, p. 191-210, 2025.

PEREIRA, Bruno C.; MORAES SILVA, Maria A. de. Fragmentos de histórias: Notas sobre trajetórias no contexto da trágica modernização rural na Alta Mogiana paulista. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 2025, no prelo.

PORTO, M. *De bóias-frias a cortadores de cana: o direito ao progresso com desordem na região de Ribeirão Preto*. Dissertação (Mestrado em Direito). São Paulo: Universidade de São Paulo: 1993.

PUNTEL, Luiz. *Açúcar Amargo*. São Paulo: Editora Ática, 1989.

SALLES, R. *E o vale era escravo: Vassouras, século XIX, senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SANTOS JR., Jaime. Trabalho e resistências miúdas: astúcia, barganha e negociação. *Revista Latinoamericana de Antropología del Trabajo*, n. 3, p. 1-26, 2018a.

SANTOS JR., Jaime. Fissuras do cotidiano: nos meandros das estruturas de dominação. In: PALERMO, Hernán M. & CAPOGROSSI, Maria L. *Tratado latinoamericano de Antropología del Trabajo*. Buenos Aires: CLACSO, 2020b. p. 705-732.

SCOTT, James C. *Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance*. New Haven and London: Yale University Press, 1985.

SCOTT, James C. *Los dominados y el arte de la resistencia: discursos ocultos*. Cidade do México: Ediciones Era, 1990.

SCOTT, James C. Formas Cotidianas da Resistência Camponesa. *Raíces*, v. 1, n. 1, p. 10-31, 2002.

TAVARES, Filipe M. de Azeredo. *Resistência, Luta e Sindicalismo: Um estudo sobre a greve (1984) dos canavieiros de Campos dos Goytacazes (RJ)*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Rio de Janeiro: UFRRJ, 2022.